



RISCOS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RISCOS, PREVENÇÃO E SEGURANÇA

**MULTIDIMENSÃO
E
TERRITÓRIOS DE RISCO**

**III Congresso Internacional
I Simpósio Ibero-Americano
VIII Encontro Nacional de Riscos**

**Guimarães
2014**

RISCOS TERRITORIAIS NA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROINDUSTRIAIS CANAVIEIROS

Eduardo Rozetti de Carvalho

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia - UFU (MG), Brasil
eduardorozetti@uol.com.br

Vicente de Paulo da Silva

Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia (MG), Brasil
vicentepht@hotmail.com

RESUMO

O espaço rural brasileiro passa por modificações, motivadas pelo desenvolvimento, que ultrapassam os limites territoriais, sociais e ambientais, gerando diferentes riscos as suas estruturas de representação por meio de conflitualidades: de um lado o capital e do outro os atingidos. Pensando nesses fatores, apresentamos como objetivo principal desse artigo a busca de compreender como ocorre a formação do agronegócio canavieiro, destacando os riscos que se seguem. Dá-se especial atenção à perspectiva dos efeitos gerados no processo do setor na contemporaneidade. Metodologicamente esse artigo está sustentado em debates e revisões bibliográficas a cerca da temática. Como resultados parciais tem-se o entendimento de que o capital é responsável por gerar efeitos que ultrapassam aspectos apenas ligados ao trabalho, mas transformam fatores como os modos de vida, a segurança/soberania alimentar e ambiental. Ligado a isso, destaca-se a categoria território como válida para compreender esses processos, pois a ele são englobadas as relações de poder e de territorialidades distintas.

Palavras-chave: Empreendimentos Sucoalcooleiros, Território, Riscos, Canavieiro.

Introdução

Há algumas décadas percebemos que vivemos em uma sociedade de riscos, em uma sociedade de ameaças resultantes da modernização e do progresso. Verificar os riscos que se seguem na implantação dos grandes empreendimentos tornam-se uma necessidade, pois, é o capital o maior gerador de riscos as comunidades tradicionais.

Pensando nisso, esse trabalho prioriza compreender como ocorre a formação do agronegócio canavieiro, destacando os riscos desse capital expropriador e os efeitos que são gerados, como resultados da exposição de trabalhadores ou moradores de lugares onde foram implantados os projetos.

Metodologicamente as argumentações estão sustentadas em debates e revisões bibliográficas acerca do tema, expondo informações, reflexões e debates oriundos da utilização de diferentes publicações, tais como: livros, artigos, relatórios, dissertações e teses e, também, direcionamentos reflexivos da realidade do campo canavieiro.

Assim, apresentamos esse artigo estruturado basicamente na compreensão que o capital é o agente promotor de riscos sociais, principalmente as sociedades tradicionais, refletindo em efeitos que se seguem nas estruturas territoriais locais.

Os riscos e efeitos da dinâmica dos grandes empreendimentos canavieiros

É preciso entender o conceito de “risco” como resultado de atividades sociais, o que por sua vez o materializa como uma possibilidade de efetivação de contraposições ao que está implantado, ou seja, o sentido de perigo ao que existe ou ao que foi construído pelas tarefas sociais.

Para Veyret devemos compreender o risco como “[...] uma construção social. A percepção que os atores têm de algo que representa um perigo para eles próprios, para os outros e seus bens, contribui para construir o risco que não depende unicamente de fatores ou processos objetivos” (VEYRET, 2007, p. 23). Desde que compreendamos a historicidade na formação do que é o risco, pois ele permite gerar uma percepção sobre sua existência.

Os riscos são criados pelos grandes empreendimentos, em especial quando do processo de sua implantação, são regidos por uma necessidade do capital em reproduzir seu modelo, tendo como direcionadores o aprimoramento e fortalecimento de grupos econômicos hegemônicos, que recria a política local.

Isso é confirmado por Veyret que destaca: “o risco é desde sempre indissociável da política: tomar as decisões concernentes à organização do território, à repartição dos bens, ao uso dos recursos, equivale, ao menos em parte, a fazer apostas sobre o futuro, a construir cenários que encerram sempre uma dose de riscos.” (VEYRET, 2007, p. 29).

De acordo com November (2002), os riscos, em relação ao seu vínculo com o local, não importa a perspectiva na qual eles são abordados, eles se produzem dentro de um espaço geográfico, e mais precisamente, dentro de um território. Nessa medida o risco ou os riscos sempre serão territoriais.

É nesse aspecto que a busca pelo entendimento da territorialização do processo de construção da sociedade e do agronegócio sucroalcooleiro é importante, já que também se utilizam dessa categoria e muitas vezes ultrapassam os limites territoriais, formando territórios regidos pelo capital, separando as relações do espaço de administração com do capital, criando seu território de interesse. Interesse esse que, em muitos casos, culminam com as rupturas de estruturas tradicionais, que estão presentes antes mesmo da articulação do capital.

Pois, como pensa November (2006), o risco é literalmente enraizado nos espaços por ser participante ativo das transformações territoriais, capaz de modificar áreas ao longo do tempo e, até mesmo, fazer-se parte integrante da paisagem que se estabelece. García-Tornel (1997) também considera esse entendimento e, portanto, essa categoria geográfica para compreender os riscos. Pois, o autor ao estabelecer o “território potencial de risco”, como todo espaço que tem a possibilidade de sofrer o evento catastrófico, não importando o grau de intensidade coloca os grupos humanos em situações diversas de perigo, ou seja, em graus diferentes de vulnerabilidade, porque o território precisa ser representado como habitado, vivido e apropriado.

É importante ressaltar que, esses territórios e suas construções, principalmente, para os setores canavieiros, surgem a partir da atuação das relações e conflitos entre o capital e o trabalho, muitas vezes tradicionais, como também a partir dos conflitos dos próprios capitais de concorrência. Isso acarreta na formação de estruturas de territorialidades dos grandes empreendimentos sucroalcooleiros, os quais reconstróem os territórios antes de identidades e relações da terra para com a terra, para relações capitalistas produtivas e desligadas às atividades sociais clássicas.

Partindo desses posicionamentos, definimos que os riscos, materializados pelos grandes empreendimentos, nascem ou são gerados como uma ameaça ao que é produzido e mantido costumeiramente, rompendo com os modos de viver e tornando vulneráveis as sociedades tradicionais.

Entendemos que os Grande Projetos de Investimentos (GPI), como o agroindustrial canavieiro, se mostram nesse processo como agentes causadores de riscos às sociedades estabelecidas, uma vez que se enquadram como riscos a manutenção dos territórios tradicionais. Enquanto

que as populações viventes, ou melhor as sociedades de risco, se materializam como a representação da vulnerabilidade frente a chegada do capital. Assim, os GPI são agentes que trazem riscos as comunidades, economias e setores locais clássicos.

É importante lembrar que os riscos nascem de políticas desenvolvimentistas dos projetos de investimentos e necessidades de mercado, mas afetam de maneira negativa, principalmente, as populações tradicionais locais, modificando seus modos de vida e de trabalho, em detrimento ao desenvolvimento do capital.

Os locais onde esses GPI, como o canavieiro, se instalam, conforme Elias, são formados ou consolidados, como Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) “novos espaços de fluxos rápidos inerentes às redes agroindustriais, nas quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades” (ELIAS, 2012, p. 155), que podem ser caracterizados pelos seguintes processos: Intensa substituição dos sistemas técnicos agrícolas; Significativa mudança das formas de uso e ocupação do espaço agrícola; Forte substituição da produção de alimentos pela produção de *commodities*; Substituição das vocações naturais pelas imposições econômicas; Difusão de especializações produtivas.

Processos esses que podem ser compreendidos como alguns efeitos da materialização da apropriação dos territórios tradicionais pelo capital empreendedor, quando da materialização e efetivação de sua implantação, ou seja, a consumação do risco. Portanto, compreendemos que o agronegócio da cana-de-açúcar é uma materialização dessas Regiões Produtivas Agrícolas, pois as transformações rurais e urbanas que a atividade canavieira ocasiona nos municípios em que se instalam são variadas e profundas.

Uma questão importante, são os efeitos sobre as áreas de cultivos de alimentos e mesmo a concentração fundiária. Lembrando que a compra de terras e o arrendamento são fortes indícios desse processo nos municípios onde a atividade canavieira se instala.

Nessa questão temos o território sujeitando-se a uma nova forma de produzir, onde o monopólio das terras, através da propriedade privada e/ou do arrendamento, passa a desempenhar um papel preponderante de deterioração da renda fundiária, que é a lógica da racionalidade econômica capitalista no âmbito da agricultura de base empresarial - empregada pelos empreendimentos sucroalcooleiros.

Novos efeitos são gerados nessa realidade produtiva capitalista. Para conhecimento, foi possível definir três principais universos de efeitos reais dos empreendimentos sucroalcooleiros, sendo eles: 1) Na produção de alimento: deslocamento e expropriação; 2) Na relação de trabalho: condições e sobrevivência; 3) Ao Ambiente: recursos e sustentabilidade. Ressaltando que tais efeitos englobam territorialidades, dimensões de sobrevivência e conflitos de capital.

Assim, entendemos que o território agrário e clássico local são drasticamente afetados pelo capital do GPI. Os resultados mais concretos e empiricamente verificáveis são o domínio de uma nova cultura na paisagem, o que significa a destruição de usos, que prevaleceram no período anterior à implementação da atividade que chega, rompendo com os modos e pensamentos enraizados das sociedades que ali viviam.

Conclusão

Os riscos, assunto que tem sido objeto de discussão em vários campos do conhecimento, com a intenção de verificar os riscos que antecedem e os efeitos que se seguem na implantação dos grandes empreendimentos, torna-se cada vez um desafio, mas na verdade uma necessidade, pois, o capital é o maior gerador de riscos às comunidades tradicionais.

Em nosso estudo percebemos que a (re)construção das territorialidades do capital, em torno da cana-de-açúcar, surgem da conflitualidade dos agentes envolvidos, de um lado o capital e do outro as populações afetadas, mas que na maioria recaem sobre processos de exclusão, formação de novas estruturas territoriais, gerando riscos sociais, culturais, ambientais e políticos.

Entendemos que as comunidades tradicionais são sociedade de risco, que estão ameaçadas pelo processo e modelo de modernização implementado pelo capital, que tem como discurso principal o progresso, mas que na verdade utilizam desses territórios para sua reprodução e ganho financeiro.

Percebemos que o risco, na sociedade contemporânea, está relacionado diretamente ao desenvolvimento tecnológico, que são engendrados ao modelo econômico capitalista de reprodução, que por sua vez é algo pertencente aos grandes projetos. Esses processos formam territórios regidos pelo capital, separando as relações do espaço de administração com do capital, criando seu território de interesse. Interesse que, em muitos casos, culminam com a rupturas de estruturas tradicionais, que estão presentes antes mesmo da articulação do capital.

Bibliografia

- BECK, Ulrich. (2006) - *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1986. p. 275-281.
- ELIAS, Denise. (2012) - Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 13, jun. p.153-167.
- GARCÍA-TORNEL, Francisco Calvo. (1997) - Algunas cuestiones sobre Geografía de los Riesgos. Scripta Nova. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 10. 11p.
- HAESBAERT, R. (2004) - *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 400 p.
- NOVEMBER, Valérie. (2006) - Le risque comme objet géographique. *Chantiers de géographie du Québec*. Québec, v. 50, n. 141, Dez. p. 289-296.
- NOVEMBER, Valerie. (2002) - *Les Territoires du risque: le risque comme objet de réflexion géographique*. Berna: Lang. 332p.
- ORTEGA, A. C. (2008) - *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas: Alínea/EDUFU: Uberlândia. 244 p.
- PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). (1991) - *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 181p.
- RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). (2004) - *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE. 171 p. p.121-147.
- SILVA, José Graziano. (1996) - *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp. 217p.
- VEYRET, Yvette. (2007) - *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto. 319p